

Entrevista

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.45718>

Sobre uma história que não poderia ser feita à mão. Entrevista com Keila Grinberg

About a story that could not be made by hand. Interview with Keila Grinberg

Sobre una historia que no podría ser hecha a mano. Entrevista con Keila Grinberg

Anita Lucchesi*

<https://orcid.org/0000-0002-8523-111X>

Mônica Ribeiro de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-7168-7653>

Como citar esta entrevista:

Lucchesi, Anita; Oliveira, Mônica Ribeiro de. “Entrevista com Keila Grinberg (Universidade de Pittsburgh)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1(2024): 159-174.

Keila Grinberg é Professora Titular do Departamento de História e Diretora do Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh. É Professora Titular licenciada do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É Doutora em História do Brasil (Universidade Federal Fluminense, 2000, com estágio (bolsa-sanduíche) na Universidade de Maryland at College Park, 1998-1999), com pós-doutorado pela University of Michigan (2011-2012) e pela New York University (2017-2018). É professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

* Pesquisadora na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), onde coordena um projeto de divulgação científica com podcasts. É também co-investigadora do software de gestão de fontes primárias digitalizadas, Tropy. Área de atuação: Teoria da História, História da Historiografia e Ensino de História, com ênfase em História Pública Digital.

** Professora titular de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É docente do PPGHistoria/UFJF e pesquisadora da Fapemig. Área de atuação: história de família, sociedades agrárias nos séculos XVIII e XIX e micro-história.

(PROFHISTORIA), do qual foi vice-coordenadora local e da rede nacional (2014-2017). Foi pesquisadora do CNPq entre 2004 e 2021 (bolsa de produtividade, nível 1) e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (2018-2020). Foi Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (2010-2012) e pesquisadora de várias edições do PRONEX (Faperj/CNPq). Foi pesquisadora visitante na University of Michigan (2007), Roberta Buffet Visiting Professor in International Studies na Northwestern University (2009), Tinker Visiting Professor na Universidade de Chicago (2015-2016) e Andrés Bello Chair in Latin American Cultures and Civilizations na New York University (Spring 2018). Seus principais campos de estudo são História do Brasil Imperial, Escravidão no Brasil e no Mundo Atlântico, Ensino de História, História Pública e Humanidades Digitais.

Entre seus principais livros estão “Liberata: a lei da ambiguidade” (RJ, Relume Dumará, 1994), O Fiador dos Brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças (RJ, Civilização Brasileira, 2002) e Slavery, Freedom and the Law in the Americas, com Sue Peabody (Boston / NY, Bedford Books, 2007), e a organização da coleção Brasil Imperial (RJ, Civilização Brasileira, 2009), com Ricardo Salles.

Dedica-se à redação de livros de divulgação de História para o grande público e coordena, com Hebe Mattos e Martha Abreu, o projeto digital de História Pública Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil (www.passadospresentes.com.br).

A *Locus: Revista de História* apresenta uma entrevista exclusiva com a renomada historiadora e professora universitária Keila Grinberg, como uma contribuição especial para o dossiê temático “História digital: tecnologia e fazer historiográfico entre teoria e prática”. Esta entrevista foi conduzida pelas organizadoras do dossiê, Anita Lucchesi e Mônica Ribeiro, explorando a vasta experiência de Grinberg no campo da história digital e história pública, suas inspirações iniciais, desafios enfrentados e a evolução de suas metodologias ao longo dos anos.

Para melhor legibilidade da entrevista, a transcrição da gravação foi editada para remover alguns marcadores do registro oral e comentários paralelos relacionados aos preparativos e/ou encerramento da gravação, como testes de som e/ou ruídos externos, buscando preservar a integridade das perguntas e respostas em seus significados.

- **Anita Lucchesi: Bom, em primeiro lugar, Keila, queremos agradecer muito a você por ter topado o nosso convite. Estamos aqui, eu, Anita Lucchesi, a professora Monica Ribeiro de Oliveira e a professora Keila Grinberg para começar uma entrevista sobre o ofício do historiador e a história digital, que vai ser dedicada para esse dossiê da revista *Locus* sobre história, historiografia e os cruzamentos com a tecnologia. Para começar, gostaria de saber qual foi sua inspiração e o que marcou os seus primeiros passos nesse caminho? Você poderia compartilhar com a gente,**

o que te inspirou a começar a trabalhar com a história digital na sua pesquisa e na sua docência, especialmente pensando no contexto brasileiro?

Bom, primeiro, obrigada, eu estou superfeliz com essa entrevista. Pensando em história digital e pública juntas, o que me inspirou foi a sala de aula no ensino fundamental e médio, percebendo o fascínio que a tecnologia traz para os nossos alunos; trazia principalmente, acho que mais antes do que agora, porque era menos acessível, era uma novidade. Quando eu dava aula não tinha celular, quando dava aula na escola a internet era discada¹, eu acho que essas mudanças foram muito grandes no nosso tempo de atuação profissional, fizeram muita diferença. A internet, o World Wide Web, estava começando quando a gente começou. Eu digo a gente porque o meu primeiro projeto eu fiz com a Anita Almeida, minha colega da Unirio. E eu acho que foi um pouco isso, de tentar construir uma sala de aula mais eficaz e mais conectada com os alunos, foi o que inicialmente me fez seguir por esse caminho. Segundo, eu mesma sou fascinada pela tecnologia, então, foi também uma tentativa de entender essas mudanças, o que a tecnologia é, na verdade, começando pelo banco de dados, mas aí depois, pensando no ensino, e o que trazem para nossa própria forma de compreensão da história.

- **Monica Ribeiro: Pegando um gancho com essa sua fala, Keila, e trabalhando mais essa questão das ferramentas e métodos digitais, o que você julgou mais valioso na sua experiência de pesquisa e ensino? Como o componente digital te ajudou a repensar os resultados da sua pesquisa em formato inovador, um pouco diferente em relação àqueles resultados que você poderia ter obtido com métodos tradicionais? Como você vê isso?**

Eu acho que na pesquisa, pesquisa propriamente dita, foi a capacidade de lidar com um grande número de dados ao mesmo tempo. Eu acho que é importante [dizer] que quando eu comecei a pesquisa, ainda na iniciação científica, eu fui bolsista, trabalhei com Guilherme Pereira das Neves, na Universidade Federal Fluminense (UFF), que foi uma das primeiras pessoas, eu acredito, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, que começavam a trabalhar com um banco de dados automatizado. Depois eu construí um banco de dados trabalhando com Hebe Mattos, e depois fiz os meus próprios, com várias experiências, as primeiras infrutíferas, mas várias experiências de

¹ Conforme a Wikipédia, a internet discada, ou simplesmente *dial-up*, é uma forma de acesso à internet que usa a rede pública de telefonia comutada para estabelecer uma conexão com um Provedor de acesso à internet através de um número de telefone para com uma linha telefônica. Para mais informações, ver o verbete Linha Discada, disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_discada#:~:text=Linha%20discada%2C%20dial%20Dup%20internet,com%20uma%20linha%20de%20telefone.

tentar mesclar dados sobre escravidão no século XIX de maneiras diferentes. Então, do ponto de vista da pesquisa, se a gente for separar pesquisa e ensino, foi a computação e a elaboração de bancos de dados que me permitiu entender coisas que eu jamais poderia sem o banco. Por exemplo, eu fiz um banco de dados sobre as ações de liberdade do século XIX, que eram 400 ações, e para cada uma das ações, eu inseri os dados sobre os advogados que trabalhavam nessas ações. Então eu tinha dois mil nomes, mais ou menos, e desses dois mil nomes, o que eu queria saber na época, que era uma pergunta ingênua, mas era minha pergunta na época. Eu queria saber *quem*, quais desses advogados, defendiam senhores e quais advogados defendiam as pessoas escravizadas. E era uma pergunta ingênua porque eu percebi que não fazia sentido para o mundo dos advogados, eles defendiam igualmente senhores e escravos. Mas essa já foi uma resposta que o banco de dados me deu, e que eu não teria como fazer aquilo à mão. Eu sei que outros pesquisadores, principalmente da história econômica, tinham grandes planilhas que eles faziam à mão, mas eu não teria conseguido fazer essa discussão. Depois eu ajudei, pensando no meu banco, a trabalhar com os inventários que o Ricardo Salles fez para o Vale do Paraíba, que aí foi muito, um número muitíssimo maior, porque ele pegou todos os inventários do centro de documentação histórica de Vassouras entre 1822 e 1888, e lá pelo meio do banco, quando ele estava montando, ele se deu conta que ele não estava colocando os dados sobre a origem dos africanos. Então... eu me lembro bem, a gente se reuniu e voltou para trás para refazer o banco com essas características. Então foi nessa tentativa, era muita tentativa e erro – *dBase*, *Access* e depois *Excel* (softwares de suporte ao gerenciamento de dados e banco de dados) – de fazer esses bancos, eu acho, que alguns bancos de dados, e agora a possibilidade de colocar a própria imagem do documento, que antes não era possível, que transformou a pesquisa histórica na minha geração.

- **Anita Lucchesi: Fez muito sentido, muito obrigada, Keila. Inclusive, pensando no que você falou de tentativa e erro, eu queria pontuar um pouco as questões dos desafios técnicos, porque a gente fala de história digital e cada geração, cada instituição, cada contexto de atuação pode ter um desafio a depender do apoio que se tem de outras disciplinas. Como você vê isso hoje? Os historiadores precisam ser um pouco analistas para poder trabalhar com essa tecnologia, como é a tua experiência? Esse exercício de combinar essas perspectivas micro e macro ou de trabalhar com histórias conectadas? O historiador tem que maquinar tudo isso e pensar o técnico. Como é que você fala disso para a gente?**

Pensando hoje em dia, com os recursos que a gente tem, mudou muito. Muitíssimo. Eu acho que o desafio é trabalhar colaborativamente. Na verdade, eu acho que tem dois, vou falar dois desafios que eu venho encontrando. Eu imagino que não são exclusivamente... o primeiro é esse de como você vai trabalhar... Continuo trabalhando com bancos de dados e as escalas são cada

vez maiores. Então, como você constrói ferramentas que são colaborativas? E, do ponto de vista da pesquisa histórica, elas não são ainda totalmente fáceis. Acho que a gente não precisa ser programador, eu não sou. O meu conhecimento de banco de dados é um pouco intuitivo ainda, ou seja, sem a pessoa com quem eu trabalho, o programador, eu não consigo fazer nada, mas eu consigo, acho que com esses anos todos, pensar um pouco com a cabeça de quem programa um banco de dados. E o problema hoje é, eu acho, principalmente se a gente pega os bancos de dados sobre escravidão em larga escala, como construir dados que sejam passíveis de conversa com vários outros bancos? Então, como você constrói esses bancos de dados colaborativos? Como você constrói bancos e formas de divulgar os seus dados que sejam compreensíveis para outros historiadores? O que já era uma questão há 30 anos continua sendo uma questão importante. E o outro desafio é a automação, eu acho. Quer dizer, como a gente faz, por exemplo, para trabalhar em bancos de larga escala, pensando as viagens... Eu estou falando de escravidão porque é o meu campo, mas existem outros. Quando você pensa nas viagens transatlânticas, quando você pensa em um banco que eu venho trabalhando há um tempo, que é o do *Passados Presentes*², que é a automação da memória, é muito complicado. Qual é a fonte, entre aspas, que dá origem ao conhecimento, que vai ser quantificado e como a gente pode, se a gente pode, no futuro, automatizar a passagem, por exemplo, de uma entrevista para uma entrada num banco. Acho que esses são os desafios, os desafios dessa automação, que eu não estou plenamente convencida que é possível. Eu acho que isso é um dos grandes desafios. Um dos projetos que eu estou tentando fazer agora, se chama “Atlas das Injustiças Históricas”, que é pegar o *Passados Presentes* como modelo e outras formas de conectar a memória ao lugar, que é essa nova possibilidade de georreferenciamento. Então, conectar um dado de memória com um dado de lugar, com um acontecimento, entre aspas, com um processo histórico. No caso, pode ser a ditadura, pode ser o período da escravidão, e aí pensar como que essas memórias podem se superpor e a gente pode mapear em larga escala. Então, pensando nos projetos de memória da escravidão no Brasil, como piloto, eu estou tentando lá na Universidade de Pittsburgh, em parceria com outros colegas, criar isso que a gente chamou de “Atlas das Injustiças Históricas”... e aí é que vêm os desafios da automação. A gente precisa de alguém que vá fazer essa transferência e vá localizar os lugares a cada vez que alguém fala um lugar, ou a gente consegue fazer isso de maneira automatizada, como vocês estavam tentando fazer com as legendas (dessa entrevista)? Então, eu acho que isso é um

² O projeto *Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil* é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.passadospresentes.com.br>

dos grandes desafios, mas eu quero dizer só rapidamente outra coisa, que isso é uma ponta. Na outra ponta, a gente ainda tem o desafio do letramento digital, dos nossos alunos e dessa dificuldade, que é, se a gente tem uma dificuldade de qual software, qual banco a gente vai escolher lá na ponta, a outra é a dificuldade das máquinas, do acesso à internet, numa escala ampla para os nossos alunos. Então, são as duas pontas.

- **Monica Ribeiro: Um pouco dentro disso que você falou, Keila, sobre a questão ainda dos desafios, espremendo você um pouquinho mais para os nossos leitores, em relação aos desafios institucionais mesmo, você está numa universidade, duas universidades completamente diferentes, dois países em níveis diferentes em relação à tecnologia. Como você vê a cultura institucional brasileira? Dentro da sua universidade aqui, no Rio de Janeiro, você tem apoio institucional, existe uma clareza da instituição sobre o suporte que ela precisa te dar? E fora do Brasil, como está isso? Há alguma distinção entre os procedimentos institucionais?**

Olha, isso é engraçado, porque eu imaginei que eu iria para os Estados Unidos e encontraria uma situação completamente diferente. E não é. Então, para começar, aqui na Unirio, a gente não tem, e aí não acho que é só da Unirio, eu acho que a gente não tem suporte para realizar e elaborar projetos digitais, a gente não tem suporte para armazenar dados na universidade. E isso cria um problema muito grande, porque inclusive é um problema que a gente talvez devesse levar para as agências de fomento, porque quando a gente gera dados e quando a gente faz os projetos digitais, em muitos casos, os projetos acabam sendo localizados em servidores privados, que dependem do nosso pagamento pessoal, do nosso CPF, porque a gente não consegue armazenar, tanto em quantidade de dados, e eu acho que vocês na Federal de Juiz de Fora estão na ponta disso, quanto na capacidade do provedor de hospedar o tipo de projeto que a gente quer. Então, na Unirio, por exemplo, o formato do site tem que seguir uma plataforma super antiga, que é o Plone. Então, não é nem um projeto digital, é um site comum. Então, é complicado e eu acho que a questão mais complicada é que esses projetos são feitos com o financiamento público e as universidades não têm condições, acho que por vários motivos, mas as universidades públicas não têm condições de abrigar esses projetos na sua complexidade. Isso sem falar na parte de que a gente não tem a assistência técnica que a gente precisa. Então, esse programador vai ser sempre uma pessoa, tudo bem, que a gente pode contratar um terceirizado, mas ele não tem uma conexão com o projeto, que faça com que essa dimensão pública seja viabilizada. Então, eu acho que nesse ponto os desafios institucionais são imensos e que talvez fosse o caso do CNPq mesmo, pensar em como as universidades podem se preparar. Agora, chegando à Universidade de Pittsburgh, onde eu estou, eu achei que ia chegar lá e receber da biblioteca justamente o espaço e a estrutura. É verdade que

tem uma estrutura que a gente não tem aqui, principalmente para pensar a elaboração de bancos, a elaboração de sites. Eu estou criando um arquivo em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e com a Federal de Juiz de Fora (UFJF), que é um arquivo de memória também, mas o projeto, por exemplo, o “Passado Presentes”, que eu achei que a gente poderia hospedar, a gente não pôde também pelas mesmas razões, porque a universidade não tem espaço para abrigar projetos e acaba que os projetos de maior complexidade são pagos com financiamento dos professores em servidores privados. Então, é interessante pensar que essa virada, que é uma virada do ponto de vista da produção do conhecimento tão fundamental, não digo todas, claro, mas muitas universidades não acompanharam porque elas exigem uma estrutura de servidores, de provedores, de técnicos, que hoje em dia só com a obtenção do financiamento a partir dos projetos você consegue e ainda assim com a hospedagem privada. Eu fiquei chocada. Então, por um lado, a gente tem menos estrutura no Brasil, por outro, pensando na escala, ela não é tão diferente dos desafios que a gente encontra lá também.

- **Anita Lucchesi: Muito obrigada, Keila. Realmente, é interessantíssimo ouvir tua experiência vinda de fora. E eu me pergunto, se nesse sentido, para enfrentar esse desafio institucional também, além dos técnicos e da produção do conhecimento como um todo, a relação com outras disciplinas poderia ajudar. A gente fala muito de interdisciplinaridade como uma questão para a pesquisa, para o momento de desenvolver o software, responder perguntas. Mas com os gestores de dados, com o pessoal da ciência da informação mais diretamente, como você vê o trabalho da interdisciplinaridade para esse mundo da história digital? Pode ajudar nessa gestão?**

Ele é essencial. Ele é essencial, ele não existe, no sentido de que, principalmente aqui, onde a gente tem as áreas de formação definidas muito inicialmente, na formação dos alunos e nos nossos campos de ação que continuam muito disciplinares, diferentes dos Estados Unidos, onde a formação dos alunos permite que eles circulem mais. Então, muitos alunos, só para fazer essa comparação, muitos alunos lá estão aprendendo a usar softwares e se definem como pesquisadores na área de humanidades digitais porque eles têm um conhecimento técnico suficiente para, por exemplo, dar assessoria para professores que querem desenvolver projetos e não têm. Então, por exemplo, muitas chamadas de pós-doc pedem isso, alguém na área de humanidades digitais, que é uma pessoa que, vamos supor, fez um doutorado em história, mas ao fazer seu doutorado, construiu um banco, construiu um site, e essa pessoa sabe um pouco de programação, ela sabe usar o Arcgis, ela sabe usar programas que facilitam essa vida. Então, acho que nesse ponto, essa interdisciplinaridade lá é maior do que aqui. Aqui, a gente precisa de muito contato em todas as áreas, eu acho, das ciências sociais das humanidades com a ciência da informação, com a

computação e talvez até com a matemática, porque os professores não estão preparados para lidar com isso, tem muitos professores que não sabem, nem quais são as perguntas que podem fazer sobre a ligação com os dados. Os alunos também não estão preparados para desenvolver pesquisas nessa escala, então eu acho que a gente perde. E aí, eu fiquei pensando que a gente ainda tem, em muitos cursos, essas aulas, por exemplo, de método quantitativo. Aquilo que a gente chamava de método quantitativo mudou radicalmente por conta das ferramentas digitais. Então, como você trabalha com método quantitativo e história hoje, quando você pode fazer, por exemplo, curvas de preços ou trabalhar com censo de uma maneira muito mais rápida e muito mais eficaz, mas o aluno não tem esses instrumentos. Eu defendo, e eu já defendia antes, que a nossa formação disciplinar é muito problemática e acho que a gente perde muito não fazendo esses diálogos, que as pessoas das áreas de ciência da informação e de informática desses cursos também perdem. Não se conectando e pensando nessas perguntas mais amplas que nós, eu acho, das humanidades fazemos.

- **Anita Lucchesi: Muito bom. Parece que você já sabia mesmo o que a gente vinha perguntar depois, Keila. Você já falou de alunos e currículo, de ensino e formação. E acho que uma pergunta muito ampla agora, meio desafiadora, é pensar o impacto do componente digital na compreensão histórica, tanto para a nossa vida de pesquisador quanto para a nossa vida de formadores. Aí, eu queria voltar um pouquinho na tua experiência a Anita Almeida no projeto *Detetives do Passado*³. Vocês escreveram em 2012 na *Revista História Hoje* sobre a importância do objetivo do site que era, dentre outras coisas, *ensinar a investigar*⁴. E isso era pensando nos alunos mais jovens e até trabalhando com o método do paradigma indiciário⁵ para aquele público. Para você, qual seria hoje a tônica da história digital ou da história pública digital pensando o ensino de história? Obrigada.**

O *Detetives do Passado* ainda está no ar, com aquele formato antigo mesmo. O site envelheceu, mas a gente de vez em quando se surpreende como que o *Detetives do Passado* ainda é usado desse ponto de vista metodológico, não só como uma maneira de estudar a história da escravidão no Brasil, no século XIX, mas também entender o método. Eu acho que, do ponto de vista da formação dos nossos alunos, algumas das nossas questões, em história, nem diria que na

³ O projeto foi realizado no âmbito do Núcleo de Documentação, História e Memória (NUMEM) da Escola de História da UNIRIO. Foi financiado pela FAPERJ, através do Edital "Estímulo à produção e divulgação científica e tecnológica" de 2007, e obteve apoio da FAPERJ e do CNPq através do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) "Dimensões da Cidadania no Oitocentos", edição 2006, liderado pelo Prof. Dr. José Murilo de Carvalho (UFRJ). Coordenadoras e autoras das oficinas Anita Correia Lima de Almeida e Keila Grinberg, ambas professoras do Departamento de Se a História da UNIRIO. Disponível em: <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/>

⁴ Grinberg, Keila, e Ana Maria Esteves de Almeida. 2012. "Detetives do Passado no Mundo do Futuro: Divulgação Científica, Ensino de História e Internet." *Revista História Hoje*, n. 1: 315–326.

⁵ Ginzburg, Carlo. 1990. "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário." In *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*, 143-179. São Paulo: Companhia das Letras.

história digital ou história pública, mas em História, permanecem as mesmas. São as mesmas agora agravadas pelo maior acesso que a gente tem ao mundo digital e pelo nosso contexto político contemporâneo. Quer dizer, eu acho que o nosso desafio, nossa questão, é lidar com a verdade, com a ideia de verdade, a ideia da validação do conhecimento nesse mundo em que se produz conhecimento falso com muita facilidade nesses meios digitais. Então, eu acho que o nosso grande ponto – que vai unir esse conhecimento histórico mais tradicional à nossa forma de dar aula e à nossa forma de publicizar, pensando na história pública, num conhecimento que você faz, compartilhado com grupos, com comunidades – é como a gente vai lidar com esse mundo contemporâneo, um mundo em que você tem o surgimento de grupos que questionam a ideia de verdade como nós historiadores ou pessoas da área de ciências sociais e humanidades construímos. E como a gente vai compartilhar novamente essa ideia de verdade e de confiança? Para o que acho interessante a utilização da palavra em inglês *trust*, porque eu acho que esse é o nosso desafio de hoje. E este desafio abrange o ensino nos níveis fundamental e médio e também no ensino no nível superior. E junta também, eu acho, essas iniciativas que a gente tem, como que a gente vai lidar, parece que a gente voltou para o século XIX, em certo sentido, mas eu acho que esse é o desafio contemporâneo. E eu tenho muita dificuldade de pensar essas formas, porque no fundo a gente vive um período em que a ciência, como resultado dessa produção do conhecimento, é tão questionada e é tão fácil criar formas de disseminação de informações em qualquer nível, que não sejam verdadeiras, que eu acho que o campo está perdido e com a inteligência artificial, mais ainda agora, porque justamente são formas de se produzir imagens, produzir textos que são baseados em pressupostos que nós não validamos como pressupostos verdadeiros. Então, eu acho que a gente está num cruzamento complicadíssimo, e que talvez a nossa única chance seja, nesse sentido, voltar aos espíritos dos detetives, que é o método indiciário, que é explicitar o método o tempo inteiro, ou o que a gente chama de “elogio da nota de pé de página”. Porque sem isso, quer dizer, mesmo do ponto de vista, quando a gente pensa em projetos digitais mais complexos, perder a produção do conhecimento, na medida em que você lê o conhecimento, eu acho que é onde a gente perde o controle sobre a forma como aquilo está construído e abre espaço para a disseminação de fake news, abre espaço para livros baseados em opiniões e tudo isso que a gente comenta. No fundo essas questões são as mesmas, mas elas estão hoje em dia agravadas pela complexidade, por um lado, dessa mudança política, pelo questionamento da ideia de ciência, pelo questionamento do conhecimento científico e pela facilidade com que a gente pode disseminar, facilidade e a rapidez com que a gente pode disseminar, com que as pessoas podem disseminar informações falsas por métodos digitais, incluindo redes sociais também.

- **Monica Ribeiro: Keila, obrigada, eu acho que você avançou em questões muito importantes sobre a história pública digital e a sua importância hoje para uma sociedade mais justa. Você oferece para nós historiadores humanistas, para a sociedade, para o mundo global, um material validado, investigado, mais atualizado e comprometido com os direitos humanos, com a verdade dos fatos, com uma sociedade mais justa e comprometida com a agenda 2030 da ONU. Mas eu queria que você falasse um pouco mais sobre a questão do compartilhamento de dados e a possibilidade da colaboração em história e falasse um pouquinho mais sobre o “Passado Presentes”. Você falou sobre que estão pensando até em georreferenciar memória. Como esse tipo de projeto pode promover uma cultura maior de intercâmbio na sociedade? Como você, trabalhando com novas epistemologias, pode usar a tecnologia e transformar esse conhecimento em um conhecimento mais validado, mais vasto? Como você pode entrecruzar essas dimensões todas?**

Eu acho que essas questões que você falou, são essas as questões que a gente está lidando, elas são fundamentais porque eu acho que a tecnologia é justamente o meio, o locus, onde esses conhecimentos vindos de várias partes, não só eles se integram, mas eles se tornam acessíveis para a população como um todo. Então, quando você tem, por exemplo, os trabalhos, o *Passados Presentes* tem várias facetas, mas essa faceta específica do banco de dados, qual é o nosso plano do banco de dados 2.0 do *Passados Presentes*, é que a gente permita, continuando a trabalhar em larga escala com comunidades quilombolas e eu acho que é importante dizer que a gente criou um sistema que não precisa ser só sobre quilombos, é um sistema que pode ser usado por qualquer grupo, qualquer memória. A ideia é que a gente possa georreferenciar a informação, e ao incluir essa informação num banco que é feito em parceria com pelo menos quatro elementos, que são os historiadores e a comunidade, a pessoa do design, que é fundamental porque estabelece como é que a gente mostra e o que cabe nesse conhecimento e o programador. Então, são os quatro campos. Como é que a gente pode, primeiro, produzir conhecimento novo e aí conhecimento georreferenciado a partir da memória e a partir do nosso conhecimento histórico convencional? Então, a gente produz conhecimento novo. Dois, a gente torna esse conhecimento acessível, e aí eu acho que é importante, acho que é óbvio, mas importante dizer, com todas as letras, que esse conhecimento produzido publicamente, ele tem que ser sempre de acesso público. Isso é conhecimento público, ele é financiado com dinheiro público. Então, é engraçado quando as pessoas falam dessa questão da história pública como uma coisa a mais que a gente faz, ou como um dado de que, como é que os historiadores estão trabalhando a serviço do público, por exemplo, a discussão sobre a reparação e o Banco do Brasil. Eu acho que é o contrário, é a nossa obrigação fazer isso. E como comunidade acadêmica, ainda fazemos pouco, ainda guardamos muito para nós os resultados dos nossos financiamentos e os resultados desse incentivo. Então, isso para as agendas dos financiamentos,

para a agenda da produção do conhecimento histórico, eu acho que a gente não está fazendo nada mais do que a nossa obrigação ao construir esse banco com todos os dados de acesso público. Acho que a gente tem que ser obrigado mesmo a fazer isso. E aí, nesse modelo, são três elementos: é a construção do conhecimento que eu já falei, é a disponibilização desse conhecimento numa maneira que seja acessível para todo mundo e por isso que, no nosso caso, a gente está agora trabalhando com a visualização em tela grande do computador e a visualização do celular, que é com os aplicativos que a gente construiu em 2015, quatro aplicativos de visitação, mas que hoje estão obsoletos e a gente agora está reconstruindo num outro formato. E o terceiro ponto é justamente o ponto do ensino, que é, e aí o ensino também larga escala, o ensino para estudantes, mas é o ensino de usar a visitação a esses lugares conforme a vontade das comunidades envolvidas de maneira que elas possam divulgar o seu conhecimento. Então, são três pernas, a perna da produção do conhecimento, a perna da divulgação ou de tornar esse acesso público e fácil. E o terceiro é de usar esse resultado para instrumentalização ou para fins educativos mais amplos. Essa conexão é fundamental. E acho que aí tem um ponto específico sobre o *Passados Presentes* que é muito importante, que é o da sustentabilidade, a memória da sustentabilidade das próprias comunidades que estão envolvidas. A memória é, nesse sentido, esses grupos, eles não são só guardiões da memória, eles são, mas eles também, de certa maneira, vivem dessa memória, aqueles que querem. Então, como é que a gente vai criar maneiras de devolver para esses grupos o conhecimento que eles estão compartilhando conosco e que estão possibilitando que nós avancemos e produzimos livros, produzimos artigos e produzimos sites? É tentar disponibilizar esse conhecimento num formato que seja útil para, por exemplo, ampliar a visitação, quando é a vontade que eles ampliem. Não é sempre o caso. Então, esses elementos podem ser, no caso do *Passados Presentes*, é isso que a gente está visualizando. Então, a gente criou um sistema, que não está totalmente disponível ainda, mas a gente espera que esteja em breve, que é da articulação do conhecimento, da disponibilização do conhecimento e de uma forma fácil de se construir roteiros e aplicativos de visitação, quando for o caso. Na verdade, é um desafio maior do que parece porque a gente tem justamente alguns obstáculos técnicos e também a parte da educação digital. Porque, no fundo, parte do que a gente faz agora é ficar treinando os nossos alunos, os nossos bolsistas, a gente quer treinar voluntários para colocar o maior número de dados online. E aí, a gente encontra coisas que a gente não sabia, por exemplo, uma referência de alguém que fala numa entrevista de algo que aconteceu, sei lá, no Bracuí e aí, muito tempo depois, alguém fala dessa mesma referência de alguma coisa que aconteceu em outro lugar, ou duas coisas diferentes, mas que aconteceram numa mesma situação. A gente avança. E acho que o exemplo do tráfico ilegal é muitíssimo importante com as comunidades que estão no litoral, mas a gente, hoje, sabe coisas que a gente

não sabia por conta desse conhecimento compartilhado pelas comunidades. É uma discussão ética fundamental no campo, não é só a história digital, mas no campo da história oral, mas na medida em que a gente torna mais fácil o compartilhamento, a gente tem que continuar contribuindo e ampliando essa discussão. A gente não pode colocar nenhum dado disponível sem a participação das pessoas que estão fornecendo esse dado.

- **Monica Ribeiro: Keila, em relação aos desenvolvimentos futuros agora e seu envolvimento com o mestrado profissional, o ProfHistória. Como você conseguiu, nessa sua experiência, reunir o compromisso do ensino com a utilização de tecnologias digitais? E o papel da tecnologia digital para a formação dos novos pesquisadores no ProfHistória tendo em vista sua relevância para o Brasil? E, principalmente, como o aluno, enquanto receptor? Vocês conseguem competir com outras iniciativas com apelos mais superficiais, mais fakes? Como vocês conseguem contribuir, de fato, para a formação de um profissional de história?**

Bom, a competição, acho que a gente perde. Mas agora falando sério, acho que os mestrados profissionais e, dentro deles, o ProfHistória, o mestrado profissional, agora que tem vários doutorados também, na área de ensino, já não é mais uma novidade com um programa que já tem 10 anos. Mas é certamente a experiência mais inovadora na pós-graduação brasileira, eu acho, recente. Na área de ensino, na área que é atrelada às licenciaturas, porque ela trouxe o que eu acho que a gente sempre queria, que é um pouco esse diálogo entre os professores da educação superior e os professores da escola, e essa conexão mais próxima com esses desafios. Inclusive, tem um efeito que é interessante, eu vejo pela experiência do nosso corpo docente da Unirio é que nem todos os professores hoje, do corpo docente do ProfHistória, têm a experiência da escola, de sala de aula, mas eles estão se aproximando do ProfHistória e querem dar aula no ProfHistória porque querem esse diálogo, trouxe uma relevância para a nossa disciplina, que, aliás, é interessante, porque, por exemplo, comparando de novo com casos de Estados Unidos, têm cada vez menos alunos nas disciplinas de história, nas disciplinas de humanidade, os cursos estão diminuindo. No nosso caso, a gente não vê isso porque a gente está no Brasil, esse conhecimento, ele está atrelado à universidade, ele está atrelado ao ensino através do ProfHistória. Então, eu acho que o ProfHistória é a nossa pérola, que a gente não pode abrir mão de jeito nenhum, e tem a perspectiva, eu acho que do digital, talvez sejam duas. Uma é do trabalho em rede, porque nos permitiu, desde o início, fazer um trabalho em rede que não seria possível antes. A gente deu disciplinas em conjunto, a gente trabalhou em escala nacional, o Brasil é um país imenso. E essa escala nacional, que a gente trabalha, só foi possível por conta desse desenvolvimento digital, das formas de comunicação e compartilhamento de dados. Agora, a outra parte que é mais complexa é como que

a gente pode pensar num programa em escala nacional pensando a formação tecnológica? Por um lado, é a tecnologia que torna possível. Tanto essas tecnologias de comunicação quanto você pensar que um aluno que está em situações muito isoladas, sem acesso a um arquivo, pode fazer isso através da internet, o que ele não podia antes. Então, o ProfHistória, como outros programas em rede, se beneficia do fato de que a gente pode compartilhar. Agora, o ponto, eu acho que mais importante, é pensar como esses alunos do ProfHistória, que são professores que estão em sala de aula, se inspiram e aprendem a fazer projetos digitais no programa que eles podem colocar em prática com seus alunos. Então, o fato de ser em rede e o fato de a gente usar a tecnologia para ensinar e que a gente também ensina, o modelo das *WebQuests*, que foi o modelo que a gente usou no *Detetives do Passado* e que ainda é tão usado, são modelos que usam da tecnologia sem necessariamente o acesso permanente a internet, que ainda é um problema em vários lugares do Brasil. Mas ela permite que mesmo sem ter acesso à rede o tempo todo, os alunos usem métodos digitais para trabalhar. Então, essa escala eu acho essencial. Eu dei aula com tecnologias e projetos digitais no ensino de história que foram incríveis, porque, por exemplo, a gente fazia visitas virtuais a museus do mundo inteiro com os professores da rede. E aí os professores pegavam os seus alunos e faziam eles mesmos, não só faziam a mesma coisa, então possibilitava: ‘olha, a gente não pode ir até o Louvre, mas vamos ver’, mas possibilitava também ‘então, vamos pensar, o que a gente pode fazer de uma exposição do nosso museu local e como é que esse museu local pode também ficar disponível para o mundo todo?’. Então, não é só que a gente vai consumir, mas a gente vai produzir e a gente vai disponibilizar. E esse pulo coloca o aluno do ProfHistória e depois esse aluno do ProfHistória como professor com os seus alunos, mas coloca o aluno no centro do processo de produção do conhecimento, que é o que a gente quer. E é o que possibilita que essa fórmula funcione, de novo, com os dois pés na realidade, sem a gente ficar elucubrando, a partir de problemas reais, de questões reais, dos desafios que se encontram na sala de aula. Eu acho que, apesar de todas as dificuldades e das complicações, a gente tem um programa como esse, que é um programa nacional, que é um programa em rede, que criou um diálogo sobre ensino que não existia no Brasil antes, que tirou um pouco dessa ideia de que você trabalhar com ensino é uma questão menor. Quando eu fiz o concurso para ensino de história na Unirio, tinha um monte de gente perguntando, mas você vai fazer? Você estuda império, estuda escravidão, está fazendo o que na área de ensino de história? E eu brincava e respondia: porque eu sinto saudade da escola. Mas não é só isso... eu sinto, o ensino, ainda hoje, é visto como um campo menor dentro da nossa formação. E a gente precisa acabar com isso, porque o ensino é justamente a nossa razão da existência. Tirou ensino, eu quero ver o que vai sobrar da gente.

- **Anita Lucchesi: Keila, muito, muito generosa sua fala, inclusive você avançou em inúmeros pontos aqui que a gente tinha imaginado de perguntar, porque essa questão do ensino estava muito forte, na nossa perspectiva, olhando para a sua contribuição até hoje. Então, é uma coisa coerente, com a tua atuação. E você falando do aluno no centro do processo de produção do conhecimento, me fez pensar como que o digital, mas não só o digital e o público, como que na sua visão, de uma forma mais geral, a gente pode fomentar mais projetos como o ProfHistória. O ProfHistória, o mestrado profissional de história é uma pérola, mas de que outras formas a gente pode, a partir da nossa atuação nas universidades, fomentar esse tipo de atitude dos alunos e de oportunidade, de possibilidade para eles trabalharem dessa forma?**

Eu acho que a gente tem várias formas, claro que eu acho que quando a gente estava discutindo ProfHistória no começo, a Marieta de Moraes Ferreira, eu e esse grupo que a gente formou, Marcelo Magalhães, Luís Reznik, um monte de gente que está envolvida nisso até hoje, ninguém, talvez a gente não imaginasse a dimensão que isso tomou, porque tomou uma dimensão muito maior do que na época, inclusive na época a origem era dispute as possibilidades de interação entre as universidades do Rio, e aos poucos foi crescendo. Eu acho que a gente precisa incluir na nossa, na formação dos nossos alunos, essa dimensão, a centralidade da dimensão pública do nosso conhecimento, do conhecimento que a gente produz. E é óbvio que nos dias de hoje essa dimensão pública se faz de maneira digital, não só, mas de maneira digital. O que eu gosto, só para voltar um pouquinho do *Passados Presentes*, quando a gente fez o aplicativo, a minha ideia do aplicativo, do celular, é que ele não separe, ele é uma forma de conexão entre as pessoas, não uma forma de separação das pessoas. Esse conhecimento que está sendo disponibilizado daquela forma digital, tem que ser uma maneira de aproximar as pessoas, eu continuo acreditando nisso. Mas como a gente faz isso? Eu acho que é não separando, como justamente vocês estão fazendo, não separando a história digital da história pública. Eu não acho que faz sentido a gente trabalhar, claro, que a história digital, os métodos digitais, os formatos, as plataformas digitais, a gente têm uma forma de conhecimento específico que a gente precisa enfrentar, claro, como também a gente precisa aprender a ler um documento escrito no século XVI. Então são formas de conhecimento. Mas é impossível hoje pensar a história pública sem a dimensão digital, e também é impossível, eu acho, pensar nossa formação de professores no Brasil, ou seja, com os nossos alunos, sem pensar a dimensão pública. Eu não sei se é o caso da aula de história pública, eu dou aula de história pública, dei aula aqui, de uma disciplina que eu transformei na Unirio, dou aula de história pública lá na Universidade de Pittsburgh, mas eu fico pensando se é o caso, acho que a gente tem que discutir isso, ou se todas as disciplinas a gente tem que pensar qual é a dimensão pública. E a dimensão pública tem que incorporar o ensino, porque também acho que em muitas situações existe essa

separação. A dimensão pública é o todo público, e aí é o público... isso aconteceu muito na pandemia, quando a gente estava dando aula pela internet, que os alunos, os pais, ouviam, não sei se tiveram essas experiências, a gente teve muito retorno dos pais, pela primeira vez a gente teve alguma interação com as famílias dos nossos alunos sem ser na formatura. Essa dimensão pública de que você identifica, ensina, aprende história o tempo inteiro, eu acho que ela tem que, ela faz parte da maneira como, pelo menos eu penso o conhecimento histórico hoje. Então pensar a história sem o público, ou a história sem a pública, é impossível para mim, e eu acho que esse que é o caminho que os projetos mais interessantes em várias temporalidades estão sendo feitos hoje em dia, é essa impossibilidade de dissociar aquilo que a gente faz do seu público, sabendo que o digital permeia tudo isso, a produção, a disseminação e esse consumo, do conhecimento. Acho que é isso.

- **Anita Lucchesi: Tem muita coisa. Bom, vou te perguntar aqui Keila numa condição de quem se formou também vendo a tua experiência. Quando eu comecei pesquisar a história digital, me marcou muito um debate que o Café História organizou com a ANPUH-Rio, você deve se lembrar, estava lá com a Lise Sedrez com o Fábio Heder da Fiocruz, da ANPUH-Rio, na época e a mediação do Bruno, e vocês discutiram o que a gente conversou aqui hoje, a história digital, ensino, divulgação e pesquisa. E eu me lembro que na época você chamou muita atenção para algo que você já disse hoje aqui, que é a gente explicitar o método o tempo inteiro. Na época você usou a expressão, “ênfatisar o caráter processual da história”. Me parece que você continua numa mesma, numa mesma linha de atuação e é muito bonito, assim, eu sou uma fã aqui ouvindo, a fã da história pública, assim, já tô doida pra reler a gente, mas queria te pedir, para fazer um fechamento, algo de inspirador que você gostaria de sublinhar, ou que você acredita que tem que estar no radar dos novos pesquisadores e professores de história.**

É, eu acho, pensando aqui, acho que tem uns 10 anos, isso, né, não me lembro bem. É, eu acho que esses 10 anos, não estou nem pensando só na história, pensando na ciência e na construção da ciência, disseminação, foram, estão sendo anos muito difíceis, por conta justamente dessa ideia, da conexão entre verdade e confiança, que a população mundial vem passando. A gente, eu acho que é nosso dever reconstruir isso e eu continuo sendo essa pessoa que acredita no método, na explicitação do método, que significa também uma honestidade em relação aquilo que a gente faz. Não tem segredo na prática, e isso também tem a ver com a disponibilidade dos dados. Mas o que eu queria falar é que dentro desse quadro de pessimismo, um mundo em que, onde a gente tem eleições decididas por testes à ciência, eleições, populações inteiras que são afetadas por essas questões que tem a ver com o conhecimento, e especialmente em história, eu acho que o que a gente vê também é que as pessoas querem saber, né? As pessoas querem conhecer. As pessoas

querem ler os livros de história. Ao mesmo tempo em que tem tanta gente questionando o que a gente faz, a gente também nunca teve, por exemplo, um consumo de livros de história enorme no Brasil, o Brasil tem um mercado imenso, um mercado no sentido amplo. E, aliás, em parte esse interesse e o fato de que a gente não ocupa esses espaços, plenamente, que a gente tem tanto consumo de material de baixa qualidade. Então, se é pra gente pensar na formação dos nossos alunos, no que essas gerações vão mostrar, eu acho que a gente precisa continuar produzindo material, continuar fazendo as discussões difíceis, porque a gente tem muitos desafios no Brasil que é justamente o de falar sobre os nossos traumas históricos, os nossos silêncios, os nossos silêncios do passado. Porque, embora existam forças contrárias, acho que a maioria das pessoas no Brasil e fora do Brasil, estão interessadas em conhecer, elas querem conhecer. Então, a gente não pode abdicar desse nosso papel, que é um papel público, é o papel dos intelectuais públicos de produzir esse conhecimento, de disseminar e de tornar acessível. Então, é isso, os desafios são muitos, mas é um papel importante demais, e a gente precisa continuar fazendo isso. Se a geração que está se formando agora, pegar esse desafio e agarrar, eu acho que a gente continua fazendo o que é, aliás, o que se faz no Brasil, que é produção de conhecimento histórico de ponta. A Anita também tem uma experiência no exterior, e agora eu. O que a gente faz no Brasil é de uma qualidade imensa e uma qualidade reconhecida no exterior, em grande parte por causa da solidez da nossa formação e em grande parte porque o público nos leva a isso, o público nos desafia. Então, eu acho que a gente tem que continuar fazendo isso, continuar ouvindo. A gente fala muito, mas a gente tem que continuar nesse papel de ouvir, e, ao ouvir e ao interagir com as comunidades, a gente continua avançando [em busca de] uma sociedade melhor.

- **Anita Lucchesi: Nós agradecemos, professora Keila!**

Maravilha, que bom!

Recebida: 07 de julho de 2024
Aprovada: 15 de julho de 2024